

*Brasília, 15 de maio de 2026*

---

Seleção

---

# Sumário

## Agência Câmara

Quinta-feira, 14 de maio de 2026 | Propriedade Intelectual

**Especialistas apontam falhas na política de preços de medicamentos e defendem m... .. 3**

## Coluna Esplanada - Leandro Mazzini

Quinta-feira, 14 de maio de 2026 | Patentes

**Evento no STJ debate patentes, inovação e segurança jurídica no País ..... 6**

## Fator Brasil - Online

Quinta-feira, 14 de maio de 2026 | ABPI

**Encontro Global de Inovação e Propriedade Intelectual 2026 ..... 7**

## Folha de Londrina Online

Quinta-feira, 14 de maio de 2026 | Marco regulatório | INPI

**Couro de peixe de Pontal do Paraná é a 26ª Indicação Geográfica do Paraná ..... 8**

## Meio & Mensagem Online

Sexta-feira, 15 de maio de 2026 | Propriedade Intelectual

**Por que a Folha fechou acordo de IA com Google? ..... 10**

## Migalhas

Quinta-feira, 14 de maio de 2026 | Propriedade Intelectual

**A IA escreve, pinta e compõe, mas não cria ..... 12**

Quinta-feira, 14 de maio de 2026 | Propriedade Intelectual

**ClarkeModet Brasil celebra 10 anos do Marco Legal da Inovação ..... 17**

Quinta-feira, 14 de maio de 2026 | Propriedade Intelectual

**Viés algorítmico: O risco invisível que transforma ética de IA ..... 18**

Quinta-feira, 14 de maio de 2026 | Propriedade Industrial

**MIGALHAS nº 6.348 ..... 21**

## MSN Notícias

Quinta-feira, 14 de maio de 2026 | Marco regulatório | INPI

**O mundo das patentes: como surgiram e como funcionam hoje os mecanismos de... .. 27**

## Economia & Negócios - Estadão

Quinta-feira, 14 de maio de 2026 | Patentes

**Como a indústria brasileira prepara novo salto para acelerar corrida por inovação... .. 29**

## Folha de S. Paulo

Sexta-feira, 15 de maio de 2026 | Marco Civil

**Governo Lula avalia ampliar decreto sobre big techs e empoderar agência ..... 31**

## Especialistas apontam falhas na política de preços de medicamentos e defendem mudanças



Sua opinião sobre: PL 2583/2020

Vinicius Loures / Câmara dos Deputados

Especialistas ouvidos pela Comissão de Saúde da Câmara dos Deputados nesta quinta-feira (14) defenderam mudanças na política de preços de medicamentos. Durante o debate, eles apontaram diferença entre o preço máximo autorizado pela Câmara de Regulação do Mercado de Medicamentos (CMED) e os valores cobrados nas farmácias.

No Brasil, os preços dos medicamentos são regulados pela CMED e os limites máximos são reajustados anualmente com base em inflação, produtividade, custos de produção e concorrência. As farmácias podem vender os produtos abaixo do teto definido pelo órgão, mas não acima. O modelo de regulação de preços foi criado pela Lei 10.742/03.

A coordenadora de **Propriedade Intelectual** da Associação Brasileira Interdisciplinar de Aids, Susana Van Der Ploeg, criticou as distorções nos preços de teto da CMED, que estariam muito acima dos praticados no mercado. Ela apresentou dados mostrando que o Brasil paga até 600% a mais por medicamentos contra o HIV em comparação com países vizinhos.

Já Marina Paulelli, do Instituto de Defesa de Consumidores (Idec), apontou que as regras atuais não coíbem aumentos bruscos. Ela também criticou a prática de farmácias que condicionam descontos ao fornecimento do CPF. "Vincular descontos à entrega de dados pessoais é uma prática abusiva e em desacordo com a Lei Geral de Proteção de

Dados (LGPD)", defendeu.



Susana Van Der Ploeg defendeu a aprovação do Projeto de Lei 5591/20, do Senado, que fortalece a capacidade regulatória da CMED e prevê revisão periódica dos tetos de preços.

O autor do requerimento para realização da audiência, deputado Jorge Solla (PT-BA), destacou que a escala de compras do Sistema Único de Saúde (SUS) deve ser utilizada como ferramenta de negociação.

"A escala é definidora do preço. O Brasil é o único país com mais de 100 milhões de habitantes que tem um sistema de saúde público universal", afirmou o parlamentar.

Vinicius Loures / Câmara dos Deputados

Indústria farmacêutica

A diretora de Acesso ao Mercado da **Associação da Indústria Farmacêutica de Pesquisa (Interfarma)**, Helaine Capucho, discordou das críticas ao setor.

Continuação: Especialistas apontam falhas na política de preços de medicamentos e defendem mudanças



"Não é a indústria que define o preço que será praticado no país. Em uma cesta internacional de comparação, o Brasil trabalha com o menor preço como referência para venda ao consumidor e ao governo", disse.

Ela também afirmou que a carga tributária influencia os preços.

"No Brasil, os tributos chegam a 45% do valor de um medicamento", declarou.

Helaine Capucho defendeu a aprovação de dois projetos:

, aprovado pela Câmara e em análise no Senado, cria a Estratégia Nacional de Saúde do Complexo Econômico-Industrial da Saúde. A proposta busca ampliar a autonomia do Brasil na produção de medicamentos, vacinas, insumos e equipamentos para reduzir a dependência externa do SUS; e

, que permite que o Ministério da Saúde negocie a compra de novos medicamentos quando houver dúvidas sobre custos ou eficácia do tratamento.



Vinicius Loures / Câmara dos Deputados  
SUS e laboratórios públicos

O coordenador-geral de Assistência Farmacêutica e Medicamentos Estratégicos do Ministério da Saúde, Luiz Henrique Costa, explicou que a compra de medicamentos é centralizada pelo ministério em parceria com secretarias estaduais de saúde.

Segundo Costa, mais de 53% das compras são feitas em laboratórios privados, que recebem 61% do orçamento destinado à aquisição de medicamentos. Já os laboratórios públicos respondem por quase 40% do estoque e recebem cerca de 26% do orçamento.

Representantes do Instituto de Tecnologia em Fármacos (Farmanguinhos), vinculado à Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), também participaram da audiência.

Farmanguinhos é o maior laboratório farmacêutico oficial ligado ao Ministério da Saúde. O instituto produz principalmente medicamentos antirretrovirais, que representam 56% da produção da unidade.



A diretora do instituto, Silvia Pereira Santos, ressaltou que a produção pública atua como reguladora de mercado.

"Onde a produção pública é estratégica, o preço do mercado reduz e o acesso à saúde aumenta", disse. Ela citou o exemplo do tacrolimo, imunossupressor para transplantes que hoje tem produção 100% nacional, com redução de até 70% no preço.

Modernização das regras

O secretário executivo substituto da CMED, Frederico Mocha, informou que novas regras de precificação entram em vigor no final de maio (Resolução 3/25). A norma amplia de 9 para 14 a lista de países usados como referência para fixar preços no Brasil e busca incentivar a inovação incremental.

Mocha também destacou que a CMED estuda mecanismos para permitir a revisão extraordinária de preços, tanto para cima quanto para baixo, seguindo boas práticas internacionais.

Reportagem - Luiz Cláudio Canuto

Edição - Geórgia Moraes

## Evento no STJ debate patentes, inovação e segurança jurídica no País

O Superior Tribunal de Justiça (STJ) promove hoje evento dedicado aos desafios contemporâneos da **propriedade industrial** no Brasil. O setor jurídico discutirá temas ligados à segurança jurídica e jurisprudência em **propriedade intelectual**.

Entre os debates previstos está o painel "**Patentes** essenciais no STJ: desafios e perspectivas", com o advogado Rodolfo Barreto, do escritório Licks Advogados, presidente da Comissão de Tecnologias da

Informação da OAB/RJ.

"É uma honra enorme ter recebido convite do Ministro Humberto Martins para participar do evento no STJ. O debate servirá como uma excelente oportunidade para que certas questões sejam tratadas com sobriedade e desassombro, desvinculadas de interesses privados, com a imparcialidade que um evento acadêmico desse porte demanda", disse Rodolfo Barreto.

## Encontro Global de Inovação e Propriedade Intelectual 2026

O 46º Congresso Internacional de **Propriedade Intelectual**, está confirmado, para o período de 16 a 18 de agosto no Rio de Janeiro e com novo nome: Encontro Global de Inovação e **Propriedade Intelectual** - **ABPI** 2026.

O congresso, geralmente destinado a especialistas em PI, este ano assume uma abrangência global, envolvendo também profissionais e estudantes das áreas de Negócios, Empreendedorismo e Inovação.

O evento traz ainda uma estrutura mais flexível e acessível, oferecendo módulos de participação de acordo com as áreas de interesse de cada participante. As inscrições já estão abertas no site <https://2026congresso.abpi.org.br>

- A **Propriedade Intelectual** está cada vez mais no centro da transformação do planeta e, atendida

nessas mudanças, a **ABPI** vem evoluindo muito para defender os direitos de PI e valorizar o Brasil como importante centro de discussões sobre o futuro da inovação. Nessa linha, a atuação da associação vem se intensificando e suas relações internacionais vêm se ampliando, fortalecendo a representação dos nossos associados e fomentando um debate construtivo com as principais instituições brasileiras e internacionais. O nosso país precisa modernizar sua legislação e garantir a segurança jurídica de quem acredita no Brasil. São investidores desenvolvedores de tecnologia que sustentam o crescimento da nossa economia. E quem sabe, o Brasil vira um grande desenvolvedor de tecnologia, passando a competir com os países mais desenvolvidos - diz Peter Siemsen, presidente da **ABPI**.



## Couro de peixe de Pontal do Paraná é a 26ª Indicação Geográfica do Paraná



O couro de peixe de Pontal do Paraná conquistou o registro de Indicação Geográfica (IG) na modalidade de Indicação de Procedência, concedido pelo **Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI)**. O reconhecimento foi divulgado nesta terça-feira (12) e reforça a liderança do Paraná no ranking nacional, agora com 26 produtos certificados com selo de IG.

O selo de IG reconhece a tradição e a reputação do município na transformação sustentável de peles de peixes em couro, prática que une reaproveitamento de resíduos da pesca artesanal, geração de renda e valorização da cultura caiçara. Atualmente, 16 produtores atuam diretamente na atividade e cerca de 30 famílias são beneficiadas de forma indireta por meio da cadeia produtiva.

O pedido de registro foi protocolado em outubro de 2025. A mobilização envolveu a Associação Couro de Peixe de Pontal do Paraná (ACPPP), Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (Seti), Universidade Estadual do Paraná (Unespar), Sebrae Paraná, Prefeitura Municipal de Pontal do Paraná, Programa do Voluntariado Paranaense (Provopar), e o Conselho Municipal de Turismo. O trabalho teve origem em 2008, dentro do programa Universidade Sem Fronteiras da Unespar, com coordenação da professora Kátia Kalko Schwarz.

A certificação foi concedida na modalidade Indicação de Procedência, reconhecimento destinado a regiões que se tornam referência na produção de determinado produto. No caso de Pontal do Paraná, o

selo está ligado à reputação e à tradição dos produtores caiçaras no aproveitamento de 16 espécies de peixes para a transformação sustentável da matéria-prima em couro com valor agregado e geração de renda.

Para o secretário estadual da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior do Paraná, Aldo Nelson Bona, a conquista da Indicação Geográfica para o couro de peixe de Pontal do Paraná representa a integração entre saber tradicional e inovação científica. "Ao mesmo tempo em que esse projeto valoriza a cultura caiçara e a identidade das nossas comunidades litorâneas, coloca a ciência, por meio da atuação da Unespar, como ferramenta central para o desenvolvimento sustentável e tecnológico. A participação da Seti nessa mobilização reafirma o nosso compromisso de transformar saberes populares em ativos de inovação com reconhecimento nacional", afirma.

Já o diretor-presidente do Instituto de desenvolvimento Rural do Paraná (IDR-Paraná), Natalino Avance de Souza, destacou que a conquista da IG para o couro de peixe de Pontal do Paraná é mais uma conquista que valoriza a produção paranaense. "É mais uma conquista do nosso povo e a garantia de que teremos um produto ainda mais valorizado no mercado. Parabéns à população de Pontal e ao Sebrae por essa parceria histórica que viabilizou esse marco", disse.

### TRAJETÓRIA

A busca pela Indicação Geográfica começou em 2023, com a estruturação da associação, capacitações para qualificação da cadeia produtiva e elaboração do caderno de especificações técnicas. O documento reúne todas as etapas necessárias para a produção do couro, desde a aquisição e limpeza das peles até secagem, tingimento, amaciamento e comercialização.

A expectativa da associação é alcançar neste ano o curtimento de 600 quilos de peças, que é o processo químico e artesanal que transforma a pele bruta do peixe em couro. Com a certificação, a visibilidade



deve fortalecer a geração de renda do produto e incentivar a entrada de novos integrantes na atividade artesanal.

### SEM CHEIRO E MAIS RESISTENTE

O processo produtivo utiliza peles de espécies de água doce e salgada, como linguado-abaxial, robalo flecha, robalo peva, parú, corvina, pescada amarela, miraguaia, tainha, prejerêba, peixe-porco, cavala, salmão e tilápia. As várias opções resultam em diferentes texturas de couro.

Para transformar a pele em couro, estudos de quase duas décadas foram feitos em laboratório da Unespar. Graças à academia, o produto não utiliza o cromo, que é uma substância tóxica muito comum em produtos de curtimento de pele bovina.

Após a compra da pele do peixe, os produtores realizam a limpeza manual para retirar resíduos de carne e gordura. Em seguida, o material passa pelo processo de curtimento, que estabiliza as proteínas e transforma a pele em um couro sem odor e adequado para diferentes aplicações por conta da elasticidade.

Outro diferencial é a resistência do couro do peixe, que é até três vezes maior que o bovino, como com-

provado em pesquisa feita pela Universidade Estadual de Maringá (UEM) e na Universidade de São Paulo (USP). Isso acontece por causa da disposição das fibras de colágeno na pele do peixe. Elas formam uma estrutura entrelaçada, quase em "X", que distribui melhor a força e reduz rasgos. No couro bovino, as fibras costumam ser mais paralelas.

Após os processos químicos de curtimento do couro, ocorre a pintura, que pode ser feita com urucum, para tons avermelhados; ou cúrcuma, em amarelo. Por fim, a última etapa é a hidratação e secagem que é feita na sombra. Todo o processo dura dois dias e meio, enquanto o do couro bovino leva em torno de uma a duas semanas.

Os produtos confeccionados incluem bolsas, colares, chaveiros, cadernetas e peças de artesanato. O couro de peixe de Pontal do Paraná já alcança mercados internacionais, com comercialização para países como Alemanha, França e Portugal. (Informações da Agência Estadual de Notícias)

## Por que a Folha fechou acordo de IA com Google?



A acordo visa proteger **propriedade intelectual** e adaptar modelo de negócio à nova realidade

O movimento de licenciamento de conteúdo jornalístico para plataformas de inteligência artificial generativa chegou ao Brasil. Em abril, a Folha de S. Paulo se juntou ao Estadão ao anunciar uma parceria com o Google que consiste em ceder acesso ao conteúdo produzido pelo veículo para aprimorar as respostas do Gemini. Os termos específicos do acordo, assim como seu valor, não foram revelados.

Entre os jornais, Estadão e Folha fazem parceria com Google e Folha processa OpenAI (Crédito: Arte M&M;)

Visão da Folha de S. Paulo sobre IA generativa

Mesmo processando a OpenAI por uso indevido e não-remunerado de seu conteúdo, a Folha de S. Paulo quer fazer acordos com todas as plataformas de IA que fazem uso de seu conteúdo, pois o uso sem autorização ou remuneração não é tolerável, descreve Sérgio Dávila, diretor de redação.

"Não há como ignorar a IA generativa. E, na prática, essas big techs já estavam usando nossos conteúdos, sem autorização e sem remuneração, o que não é tolerável. Por outro lado, o interesse das empresas de IA no nosso conteúdo mostra a importância crescente do que é produzido pelo jornalismo profissional, que não admite alucinações, invenções ou aproximações, muito menos erros factuais", coloca.

Detalhes dos acordos com Google e seus impactos

O Google foi a primeira big tech com a qual a Folha firmou acordo de licenciamento, pois a empresa já tinha parcerias pré-existentes com a big tech. No programa Google Destaques, o veículo seleciona e organiza notícias em painéis personalizados para a audiência. Ademais, o jornal disponibilizou fotos do seu acervo para compor galerias virtuais e exposições temáticas do Google Arts & Culture. "Mas estamos em contato com outras empresas também", confirma o diretor de redação.

O objetivo do Google por trás das negociações é tornar as respostas do Gemini atualizadas e melhores. A Folha dá acesso ao acervo de notícias e a um feed de textos em tempo real. Segundo Dávila, o jornal seleciona os conteúdos que podem ser usados para aprendizado da IA. Apenas o conteúdo proprietário da Folha é licenciado.

Por sua vez, o Estadão também oferece um feed de notícias em tempo real. No entanto, o acordo é válido, particularmente, para notícias de última hora e de caráter factual. O Estadão também tem uma relação prévia com o Google. A empresa participa do Google Destaques, para o qual o veículo licencia painéis de notícias para uso no Google Notícias e Discovery. Procurado pela reportagem, o Estadão optou por não participar da matéria.

No caso da Folha, o veículo também dá ao Pinpoint, ferramenta de pesquisa para jornalistas do Google, acesso a reportagens do veículo baseadas em documentos públicos. Além disso, a publicação integra o News Pilot, programa do Google News que utiliza IA para diversificar formatos de conteúdo para atingir novas audiências.

Formato de remuneração e morte do clique

Conforme Dávila, a remuneração pelo licenciamento de conteúdo acontece de duas formas: por uma parcela fixa e outra variável. A exibição do veículo nas respostas do Gemini se dará por menção direta ou via links para as notícias que foram a fonte para o conteúdo devolvido para o usuário. As alucinações estão na conta da IA, diz o executivo da Folha.

A divulgação sobre a parceria não deixa claro se haverá priorização de conteúdos produzidos pelo Estadão e pela Folha em detrimento daqueles jornais com os quais o Google não tem acordo.

Assim como em outros segmentos, antecipa-se uma aceleração da morte do clique, assim como modelos de negócios que se baseiam nessa métrica. "Isso já acontecia desde o início dos sistemas de busca do Google, na década passada. No caso da IA, a vantagem é que haverá contratos para a remuneração", coloca Dávila.

Questionado sobre uma possível queda de assinantes, o executivo afirma que "para conteúdos relevantes e de qualidade como os da Folha, sempre haverá assinantes", pois a IA sempre olha para o passado e não para o que deve acontecer e vai atrás de fontes e informações exclusivas.

#### Ações da Folha contra a OpenAI

Antes de divulgar o acordo com o Google, a Folha de S. Paulo optou por processar a OpenAI pelo uso não autorizado e não remunerado de seu conteúdo para treinar seus modelos de linguagem e reprodu-

zir matérias integralmente nas respostas aos usuários. O veículo afirma que, em julho, o jornal registrou 45 mil acessos ao seu site por GPT bots.

Conforme a Folha, as medidas resultam em concorrência desleal, pois desviam os clientes de seu site, onde está o conteúdo original. O jornal também acusa a OpenAI de driblar mecanismos da Folha para impedir o acesso de conteúdos exclusivos para assinantes. O jornal diz que tentou um acordo com a empresa em 2024, mas não recebeu retorno da outra parte.

O movimento da Folha segue exemplo de jornais americanos que entraram com ações do tipo contra big techs de IA. O The New York Times processou a OpenAI e a Microsoft em 2023. O The New York Times e o Chicago Tribune processaram a startup Perplexity em dezembro de 2025 e a Penske Media Corporation processou o Google em setembro de 2025 devido aos seus resumos de IA.

## A IA escreve, pinta e compõe, mas não cria

A IA escreve, pinta e compõe, mas não cria Silvio Maciel e Silva Junior O que separa a criação humana da produção por inteligência artificial? Uma pergunta simples com resposta profunda, e consequências jurídicas concretas. quinta-feira, 14 de maio de 2026

Atualizado às 16:06

### Introdução

Há poucos dias, li com atenção o artigo do professor Luís Fernando Prado, publicado em 7/5/26, intitulado "Sim, a IA vai tirar seu trabalho intelectual1." O texto é corajoso, honesto e provoca um desconforto necessário. Em particular, a pergunta que ele formula merece atenção: em quais processos o ser humano ainda melhora o resultado e em quais ele simplesmente se tornou uma fricção?

Não venho discordar do meu professor. Venho acrescentar uma perspectiva que, acredito, precisa estar presente nesse debate: a de que, mesmo quando a inteligência artificial produz resultados funcionais, eficientes e tecnicamente impressionantes, há algo na criação humana que ela não reproduz. Não estou falando de protecionismo sentimental. Estou falando de uma diferença real, que tem nome, que tem consequências e que o Direito já começou, ainda que timidamente, a reconhecer.

Sei que a afirmação provoca. Há quem argumente que a IA, ao combinar elementos de formas inéditas e gerar resultados que não existiam antes, exerce alguma forma de criação. É um debate legítimo e aberto. O que este artigo propõe é um olhar sobre uma dimensão específica desse debate: a de que criar, no sentido que interessa à autoria e ao valor que atribuímos às obras, pressupõe experiência vivida, intencionalidade e a presença de uma consciência que escolhe. É essa dimensão que a IA, por sua própria natureza, ainda não alcança.

O ponto de partida para essa reflexão não veio de um livro nem de uma conferência. Veio de uma conversa durante um café.

1. Uma observação simples com profundidade surpreendente

Uma colega de trabalho, competente profissional da área de comunicação social da Secretaria Municipal de Integridade, Transparência e Proteção de Dados - SMIT da Prefeitura do Rio de Janeiro, fez uma observação que parece óbvia, mas que carrega uma profundidade que só vai aparecendo conforme a gente pensa: "Há uma diferença enorme entre o quadro da Monalisa exposto no Museu do Louvre e as milhares de imagens da Monalisa que a gente encontra nas ruas de Paris, fora do museu."

Todos os dias, milhares de turistas fazem fila no Louvre para ficar alguns minutos diante da tela original. As reproduções nas ruas de Paris, estampadas em pôsteres, canecas, camisetas e molduras baratas, são atraentes, algumas até belas, mas ninguém atravessa o Atlântico para ver uma delas. A diferença entre o original e a reprodução não está apenas na materialidade do pigmento ou na autenticidade do suporte. Está em algo que a reprodução, por mais fiel que seja, simplesmente não carrega: a presença do intelecto criador, com todas as suas escolhas, hesitações, revisões e intenções.

Essa observação, nascida de forma espontânea, é uma das formulações mais precisas que conheço para descrever o que separa a criação humana da criação por IA.

### 2. O que separa a obra original de sua reprodução

A Monalisa original não é valiosa apenas porque é antiga ou porque é única no sentido material. Ela é valiosa porque carrega, de forma indissociável, a presença de Leonardo da Vinci: a intencionalidade de cada pincelada, o contexto histórico absorvido pelo artista ao longo de mais de uma década de trabalho, a emoção que guiou cada escolha estética, a consciência criadora que escolheu, hesitou, descartou e decidiu.

As reproduções que encontramos nas ruas de Paris são representações. Funcionam, comunicam, encantam à sua maneira, mas não carregam essa presença. São, em certo sentido, ecos de um intelecto que já não está ali.

Deslocar esse raciocínio para o universo da IA generativa não exige nenhum esforço forçado. Os sistemas de IA produzem textos, imagens, músicas, análises e argumentos que se assemelham, às vezes de forma impressionante, ao produto do intelecto humano. Mas o que está por trás dessas produções?

A resposta é técnica e direta: padrões estatísticos. Como observa Mark Coeckelbergh, filósofo da tecnologia e professor na Universidade de Viena, o aprendizado de máquina é fundamentado em estatística e sua tarefa subjacente é, em geral, o reconhecimento de padrões em dados gerados por seres humanos.<sup>2</sup>

O que a IA produz parte, portanto, de um banco de dados de criação humana, reorganizando padrões extraídos dele para gerar novos resultados. Isso não é uma crítica à tecnologia. É uma descrição do que ela é. E é precisamente essa descrição que fundamenta a distinção que proponho: entre o resultado que nasce da experiência vivida de quem cria e o resultado que nasce do processamento estatístico do que outros criaram antes.

### 3. A inteligência artificial e o limite do padrão

Há uma passagem nas obras de filosofia da tecnologia que sintetiza com precisão essa distinção. Mark Coeckelbergh observa que a IA carece de compreensão, experiência, sensibilidade e sabedoria, sendo que a sabedoria humana tem como base experiências corporificadas, relacionais e situacionais no mundo, na lida com outras pessoas, com a materialidade e com o nosso ambiente natural.<sup>3</sup> Em outras palavras: a IA é boa em reconhecer padrões, mas não se pode delegar sabedoria às máquinas.<sup>4</sup>

Essa distinção entre padrão e sabedoria é, talvez, a formulação mais precisa do que separa a Mona Lisa do Louvre das Monalisas das ruas de Paris. Reconhecer um padrão é reproduzir o que já existe. Ter sabedoria é saber o que fazer quando o padrão não basta.

Max Tegmark, físico do MIT e referência no campo da IA, avança nessa direção ao distinguir, de forma cuidadosa, os diferentes tipos de capacidades cognitivas. Ele observa que inteligência e consciência não se confundem: a capacidade de processar informações em alta velocidade não é a mesma coisa que a experiência subjetiva de criar, de sentir e de escolher.<sup>5</sup>

A obra de Leonardo não é o produto de um processamento estatístico de imagens de rostos renascentistas. É o produto de uma consciência que viveu, observou e escolheu.

O campo da música oferece um exemplo contemporâneo que ilustra essa tensão com clareza. Em artigo publicado neste portal em julho de 2025, abordei o contraste entre o encerramento do Black Sabbath, em um show épico e emocionalmente carregado no festival Back to the Beginning, e a estreia da banda Velvet Sundown, criada inteiramente por inteligência artificial.<sup>6</sup>

O Sabbath encerrou sua trajetória carregando décadas de experiência humana, dor, escolha e construção coletiva. A Velvet Sundown produz músicas tecnicamente funcionais, que circulam nas plataformas e acumulam reproduções. Mas há algo que ela não carrega: a história de quem criou, o peso do que foi vivido, a escolha que custou algo a alguém. A diferença entre as duas não é apenas estética. É existencial.

Isso não significa que as produções por IA sejam sem valor. A questão é que tratá-las como equivalentes à criação com intelecto é um equívoco com consequências concretas.

### 4. Da tela ao algoritmo: O que a criação humana carrega que a IA não reproduz

O professor Luís Fernando Prado pergunta, com honestidade que merece respeito, em quais processos o humano ainda agrega valor e em quais ele simplesmente virou fricção. É uma pergunta válida, urgente e necessária.

Quero acrescentar a ela uma outra perspectiva: não apenas onde o humano agrega valor, mas o que se perde quando ele é retirado da criação. E o que se perde, como este artigo procura demonstrar, não é apenas eficiência ou custo. É a presença de um intelecto situado, que viveu, que escolheu e que pode ser identificado como autor do que produziu.

Stuart Russell, professor da Universidade da Califórnia em Berkeley, chama atenção para um traço estrutural dos sistemas de IA: máquinas são construídas para atingir objetivos que os humanos lhes definem, mas não têm objetivos próprios, não têm valores e não respondem por consequências.<sup>7</sup>

A máquina produz, mas apenas o intelecto humano cria. O problema surge quando essa distinção se apaga, e o produto da máquina passa a circular no

mundo como se carregasse a mesma autoria, o mesmo valor e a mesma singularidade de uma obra nascida de uma consciência que viveu e escolheu.

A Monalisa do Louvre tem um autor. As Monalisas das ruas de Paris são reproduções sem autoria criativa própria. Quando a IA escreve um texto jurídico, compõe uma música ou gera uma análise clínica, o resultado pode ser funcionalmente adequado, mas a autoria permanece difusa.

5. A criação sem autor: O que o Direito começa a enfrentar

Se a distinção entre criação com intelecto e produção automatizada de padrões tem essa dimensão prática, o Direito já começou a senti-la, ainda que sem respostas definitivas. O campo da **propriedade intelectual** é onde essa tensão se manifesta com mais clareza e urgência.

No Brasil, a lei de Direitos Autorais (lei 9.610/1998) reconhece proteção autoral exclusivamente a obras intelectuais criadas por pessoas físicas<sup>8</sup>. Uma obra gerada inteiramente por IA, sem intervenção criativa humana identificável, simplesmente não encontra abrigo nessa lei. Como não tem autor reconhecido pela lei. E sem autor, a proteção simplesmente não se aplica, ao menos enquanto o ordenamento não disciplinar de forma específica essa nova realidade.

Assim, na elaboração deste trabalho, não foram localizadas no Brasil decisões judiciais que enfrente diretamente a questão da autoria de obras geradas inteiramente por IA, o que evidencia a dimensão da lacuna normativa existente.

Por outro lado, nos EUA, essa questão foi levada aos tribunais de forma direta. O cientista Stephen Thaler pediu o registro autoral da imagem *A Recent Entrance to Paradise*, gerada de forma autônoma pelo seu sistema de IA, o DABUS. O U.S. Copyright Office rejeitou o pedido em 2022, por ausência de autoria humana. Em 2023, a juíza federal Beryl Howell manteve a decisão, qualificando a autoria humana como requisito fundamental da proteção autoral. Em março de 2025, o Tribunal de Apelações do Circuito do Distrito de Columbia reafirmou esse entendimento, e a Suprema Corte dos EUA recusou-se a examinar o recurso, encerrando o debate sem alterar as regras vigentes.<sup>9</sup> Assim, na atualidade, a mensagem do sistema jurídico americano é clara: máquinas não podem ser autoras.

Esse entendimento dialoga diretamente com a tese deste artigo. Se a obra exige um autor humano para ser protegida, é porque o Direito reconhece, ainda que sem o nomear assim, que há algo na criação com intelecto que não está presente na produção automatizada de padrões. A autoria não é apenas um requisito burocrático. É o reconhecimento jurídico de que alguém escolheu, decidiu e responde pelo que produziu.

A lacuna, contudo, permanece aberta. O Brasil não conta, até o momento, com instrumento normativo que discipline a titularidade de obras geradas por IA. O PL 2338/2023, aprovado pelo senado e em tramitação na Câmara, tem foco na regulação do uso da IA e não preenche essa lacuna autoral.<sup>10</sup>

O AI Act europeu exige identificação e transparência sobre conteúdo sintético, especialmente no art. 50, que impõe obrigações de rotulagem de conteúdo gerado ou manipulado por IA, como deepfakes e texto sintético, mas também não resolve a questão autoral, já que não disciplina tal matéria, que é de direito de propriedade intelectual<sup>11</sup>.

O debate está apenas começando, e o Direito corre para alcançar uma realidade que já chegou.

## 6. Considerações finais

O debate sobre o papel da inteligência artificial na criação intelectual tem avançado com velocidade e intensidade crescentes. O que este artigo procurou trazer a esse debate não é uma resposta definitiva sobre o que a IA pode ou não pode fazer, mas uma distinção que merece estar presente nessa conversa: a diferença entre o que nasce de um intelecto que viveu e escolheu e o que nasce do processamento estatístico de padrões extraídos de outros intelectos. Essa diferença não é quantitativa, sim, qualitativa.

A Monalisa do Louvre e as Monalisas das ruas de Paris coexistem. O Black Sabbath e a Velvet Sundown coexistem. Cada um tem sua função, seu valor, seu público. Mas ninguém atravessa o Atlântico para ver uma reprodução. Há algo no original que a cópia, por mais sofisticada que seja, não carrega.

Esse algo já chegou aos tribunais. Quando a Suprema Corte dos EUA se recusou a reconhecer direitos autorais a uma obra gerada inteiramente por IA, confirmou, pela via da exclusão, o que a observação da minha colega havia intuído: a criação exige um autor. E autor, no sentido que o Direito



reconhece e que a arte valoriza, é aquele que viveu, escolheu e responde pelo que produziu. A lacuna que o ordenamento jurídico ainda não sabe preencher é, no fundo, a mesma diferença que separa o quadro do Louvre das imagens nas ruas de Paris.

O que separa essas duas realidades tem nome: é a presença do intelecto humano criador, com toda a sua experiência, singularidade e história. Reconhecer essa diferença não é hostilidade à tecnologia. É o começo de um uso mais honesto, mais responsável e mais consciente dela.

---

BRASIL. Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998. Lei de Direitos Autorais (LDA). Diário Oficial da União, Brasília, DF, 20 fev. 1998. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/19610.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19610.htm). Acesso em: 9 maio 2026.

BRASIL. Projeto de Lei nº 2338, de 2023. Dispõe sobre o uso da inteligência artificial. Senado Federal, Brasília, DF, 2023. Disponível em: <https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/157233>. Acesso em: 9 maio 2026.

COECKELBERGH, Mark. Ética na inteligência artificial. Tradução de Clarisse de Souza et al. São Paulo/Rio de Janeiro: Ubu Editora/Editora PUC--Rio, 2023.

PRADO, Luís Fernando. Sim, a IA vai tirar seu trabalho intelectual. LinkedIn, 7 maio 2026. Disponível em: <https://www.linkedin.com/pulse/sim-ia-vai-tirar-seu-trabalho-intelectual-luis-fernando-prado-ngjzf>. Acesso em: 9 maio 2026.

RUSSELL, Stuart. Inteligência artificial a nosso favor: como manter o controle sobre a tecnologia que criamos. Tradução de Marcos Marcionilo. São Paulo: Companhia das Letras, 2021.

SILVA JUNIOR, Silvio Maciel e. Fim do Sabbath e bandas de IA: música entre alma humana e algoritmo. Migalhas, 11 jul. 2025. Disponível em: <https://www.migalhas.com.br/depeso/434454/fim-do-sabbath-e-bandas-de-ia-musica-entre-alma-humana-e-algoritmo>. Acesso em: 9 maio 2026.

TEGMARK, Max. Vida 3.0: o ser humano na era da inteligência artificial. Tradução de Cássio de Arantes Leite. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.

UNITED STATES. District Court for the District of Columbia. Thaler v. Perlmutter. Case

1:22-cv-01564-BAH. Decisão de 18 ago. 2023. Disponível em: <https://www.wipo.int/wipolex/en/judgments/details/1840>. Acesso em: 9 maio 2026. United States Court of Appeals for the District of Columbia Circuit, confirmação em mar. 2025. Disponível em: <https://media.cadc.uscourts.gov/opinions/docs/2025/03/23-5233.pdf>. Acesso em: 9 maio 2026. Suprema Corte dos Estados Unidos, recusa de exame em mar. 2026.

UNITED STATES COPYRIGHT OFFICE. Copyright and Artificial Intelligence. Part 2: Copyrightability. Washington, DC: USCO, jan. 2025. Disponível em: <https://www.copyright.gov/ai/copyright-and-artificial-intelligence-part-2-copyrightability-report.pdf>. Acesso em: 9 maio 2026.

UNIÃO EUROPEIA. AI ACT. REGULAMENTO (UE) 2024/1689 DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO. de 13 de junho de 2024. Disponível em: <https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/?uri=CELEX:32024R1689>. Acesso em 10 mai. 2026.

---

1 PRADO, Luís Fernando. Sim, a IA vai tirar seu trabalho intelectual. LinkedIn, 7 maio 2026. Disponível em: <https://www.linkedin.com/pulse/sim-ia-vai-tirar-seu-trabalho-intelectual-luis-fernando-prado-ngjzf>. Acesso em: 9 maio 2026.

2 COECKELBERGH, Mark. Ética na inteligência artificial. Tradução de Clarisse de Souza et al. São Paulo/Rio de Janeiro: Ubu Editora/Editora PUC--Rio, 2023. Conforme o autor: "cria um modelo da realidade; não é a realidade" e "a abstração da realidade nunca é neutra, e a abstração em si não é a realidade, é uma representação."

3 COECKELBERGH, Mark. Op. cit. Conforme o autor: "falta à IA nosso entendimento de relevância [...] também lhe falta compreensão, experiência, sensibilidade e sabedoria [...] a sabedoria prática e concreta [...] tem como base experiências corporificadas, relacionais e situacionais no mundo, na lida com outras pessoas, com a materialidade e com o nosso ambiente natural."

4 COECKELBERGH, Mark. Op. cit. "A IA é boa em reconhecer padrões, mas não se pode delegar sabedoria às máquinas."

5 TEGMARK, Max. Vida 3.0: o ser humano na era da inteligência artificial. Tradução de Cássio de Arantes Leite. São Paulo: Companhia das Letras,

2020. O autor distingue quatro capacidades fundamentais: lembrar, computar, aprender e vivenciar, sendo esta última a que define a consciência e a experiência subjetiva, que permanece distinta da inteligência computacional.

6 SILVA JUNIOR, Silvio Maciel e. Fim do Sabbath e bandas de IA: música entre alma humana e algoritmo. Migalhas, 11 jul. 2025. Disponível em: <https://www.migalhas.com.br/depeso/434454/fim-do-sabbath-e-bandas-de-ia-musica-entre-alma-humana-e-algoritmo>. Acesso em: 9 maio 2026.

7 RUSSELL, Stuart. Inteligência artificial a nosso favor: como manter o controle sobre a tecnologia que criamos. Tradução de Marcos Marcionilo. São Paulo: Companhia das Letras, 2021. O autor denomina de "modelo-padrão" a abordagem predominante na IA, segundo a qual máquinas são construídas para atingir objetivos definidos por humanos, sem que tenham objetivos, valores ou responsabilidade próprios.

8 BRASIL. Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998. Lei de Direitos Autorais. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 20 fev. 1998. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/19610.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19610.htm). Acesso em: 9 maio 2026.

9 O caso Thaler v. Perlmutter (Case 1:22-cv-01564-BAH) tramitou perante o Tribunal Distrital do Distrito de Columbia, com decisão de 18 de agosto de 2023. O Tribunal de Apelações do Circuito do Distrito de Columbia reafirmou o entendimento em março de 2025. A Suprema Corte dos Estados Unidos recusou-se a examinar o recurso em março de 2026, encerrando o debate sem alterar as regras vigentes. Disponível em: <https://olhardigital.com.br/2026/03/03/inteligencia-artificial/uprema-corte-dos-eua-encerra-debate-sobre-direito-autoral-de-arte-feita-por-ia/>. Acesso em: 9 maio 2026.

10 BRASIL. Projeto de Lei nº 2338, de 2023. Dispõe sobre o uso da inteligência artificial. Senado Federal, Brasília, DF, 2023. Disponível em: <https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/157233>. Acesso em: 9 maio 2026.

11 UNIÃO EUROPEIA. AI ACT. REGULAMENTO (UE) 2024/1689 DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO. de 13 de junho de 2024. Disponível em: <https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/?uri=CELEX:32024R1689>. Acesso em 10 mai. 2026.

Silvio Maciel e Silva Junior Advogado Certificação EXIN PDPELGPD e CERTIPROOF. Encarregado de Dados Geral Suplente da PCRJ. LL.M em Proteção de Dados Pessoais e Direito Digital (FMP/RS e Univ Lisboa). <http://tiny.cc/SilvioJr>

## ClarkeModet Brasil celebra 10 anos do Marco Legal da Inovação

A realiza uma mesa-redonda para discutir o tema "10 anos do Marco Legal da Inovação: impactos, desafios e o futuro da colaboração no Brasil", no dia 28/5, às 10h, na Câmara Espanhola, em São Paulo.

O encontro reunirá representantes do setor empresarial, governo, ICTs e universidades para uma discussão sobre os avanços, desafios e perspectivas relacionados à estruturação da inovação no país, abordando temas como gestão de **propriedade intelectual**, infraestrutura compartilhada, segurança jurídica em parcerias público-privadas, mecanismos de fomento e os próximos caminhos para o desenvolvimento da inovação no Brasil.

Evento promovido pela ClarkeModet Brasil.(Imagem: Divulgação)

Palestrantes do evento:

Enzo Scivittaro: Gerente de Inovação ICTi I Itau - Itau Unibanco;

Levi Pompermayer Machado: Diretor de Ambientes Inovadores e Inteligência de Mercado - Instituto de Pesquisas Tecnológicas do Estado de São Paulo;

Natalia Semeria Ruschel: Coordenadora de **propriedade intelectual**, Secretaria de Competitividade e Políticas Regulatórias - Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços;

Dr. Renato Da Rocha Lopes: Diretor Executivo - Inova Unicamp;

Thadeu de Ávila Ribeiro Junqueira: Open Innovation & Innovation Funding Manager - Natura;

Claudio Castanheira: Diretor Geral - ClarkeModet Brasil.

Serviço:

Mesa redonda: "10 anos do Marco Legal da Inovação: impactos, desafios e o futuro da colaboração no Brasil"

Data: 28/5

Horário: Recepção e credenciamento às 09h30 | Início do evento às 10h

Local: Câmara Espanhola - Av. Eng.º Luís Carlos Berrini, 1681 - 14º andar. São Paulo/SP

As vagas são limitadas com inscrições sujeitas a confirmação.

para realizar sua inscrição.

# Viés algorítmico: O risco invisível que transforma ética de IA

Viés algorítmico: O risco invisível que transforma ética de IA em problema de negócio Maurício Tamer Os quatro pilares objetivos da ética em inteligência artificial, as seis fontes mapeáveis de viés e as providências que o mercado brasileiro não pode mais adiar. quinta-feira, 14 de maio de 2026

Atualizado às 16:03

1. Ética de IA não é opinião - é engenharia de risco

Muitos tomadores de decisão tratam ética de inteligência artificial como tema filosófico - algo reservado a painéis de evento ou discussões acadêmicas. Trata-se de um erro de enquadramento que está se revelando cada vez mais custoso. Ética de IA não é subjetiva. Ela se constrói sobre quatro pilares objetivos - eliminação de vieses, privacidade, explicabilidade e respeito à **propriedade intelectual** -, e cada um deles tem tradução direta em risco financeiro, regulatório e operacional.

Entre esses pilares, o viés algorítmico ocupa posição central. Sua natureza é especialmente traiçoeira porque opera de forma invisível, incorporado aos dados de treinamento e às funções-objetivo dos modelos, até o momento em que se materializa como processo judicial, sanção regulatória ou crise reputacional. Compreender as fontes de viés, seus mecanismos de propagação e as estratégias de mitigação disponíveis deixou de ser exercício teórico: é condição de sobrevivência regulatória para qualquer organização que utilize IA em processos decisórios.

2. Os quatro pilares objetivos da ética em IA

Antes de aprofundar a análise sobre viés, convém enquadrar o mapa completo das obrigações éticas que recaem sobre sistemas de inteligência artificial. Esses pilares não são princípios vagos ou aspiracionais. São obrigações técnicas, jurídicas e operacionais - todas contempladas no PL 2.338/23 (marco legal da IA), aprovado pelo Senado Federal em dezembro de 2024 e em tramitação na Câmara dos Deputados.

Eliminação de vieses. Garantir que os modelos não reproduzam discriminação, não excluam grupos e

não tomem decisões enviesadas por dados históricos contaminados. É o pilar que concentra o maior volume de risco invisível e que exige intervenção multidisciplinar - técnica, jurídica e de governança.

Privacidade. Assegurar que os sistemas respeitem a LGPD e marcos equivalentes em todo o ciclo de vida da IA, desde a coleta de dados de treinamento até a inferência final. A ANPD já incluiu inteligência artificial como um dos quatro eixos prioritários de fiscalização para o biênio 2026-2027, o que significa que essa obrigação é corrente - não futura.

Explicabilidade. Permitir que uma decisão algorítmica possa ser compreendida, auditada e contestada por quem é afetado por ela. O art. 20 da LGPD já assegura ao titular o direito de solicitar revisão de decisões tomadas exclusivamente com base em tratamento automatizado, e o PL 2.338/23 amplia significativamente esse direito.

**Propriedade intelectual.** Garantir que dados, conteúdos e bases utilizados nos modelos respeitem direitos autorais e não gerem passivos de titularidade. Em um ambiente no qual modelos de linguagem são treinados com bilhões de documentos, a exposição a litígios de **propriedade intelectual** é material e crescente.

3. Viés algorítmico: Anatomia de um risco sistêmico

Existe uma crença persistente e perigosa no mercado: a de que a máquina é neutra. Não é. A máquina reproduz o que recebe. Se recebe dados contaminados, produz decisões contaminadas. Se recebe amostras incompletas, generaliza de forma distorcida. Se recebe proxies enviesados, discrimina sem que ninguém perceba. As fontes de viés em sistemas de IA são mapeáveis, e cada uma delas exige uma estratégia específica de mitigação.

3.1. Discriminação real (real-world discrimination). Os dados de treinamento refletem discriminações que já existem no mundo real. Um modelo treinado com histórico de contratações de uma empresa que, por décadas, contratou majoritariamente homens aprenderá que "ser homem" é um preditor de suces-

so. Foi exatamente o que ocorreu com o sistema de recrutamento automatizado de uma grande empresa, descontinuado em 2018 após a descoberta de que o algoritmo penalizava currículos que continham referências ao gênero feminino. A providência é assegurar que os dados de treinamento não contenham discriminações reais embutidas - ou eliminá-las antes de treinar o modelo.

3.2. Amostras insuficientes (under-sampling). Sistemas de reconhecimento facial que apresentam taxas de erro significativamente maiores para pessoas negras são o exemplo paradigmático. A razão não é que a IA seja intrinsecamente enviesada, mas que foi treinada com bases compostas predominantemente por rostos brancos. A providência é garantir que os conjuntos de treinamento contendam amostras suficientes e representativas de todas as populações relevantes para o contexto de aplicação.

3.3. Utilização de proxies enviesados (proxy bias). Quando o dado direto não está disponível, o modelo utiliza um substituto. O problema surge quando esse substituto carrega correlações discriminatórias. Um modelo de crédito que não utiliza raça como variável, mas utiliza CEP como insumo, pode, em cidades com segregação socioeconômica marcada, reproduzir discriminação racial de forma indireta. O modelo não "sabe" que está discriminando - mas discrimina. A providência é assegurar que os dados utilizados para treinamento reflitam a realidade de forma direta, não por meio de proxies desconectados.

3.4. Baixa granularidade (coarse-grained model). Modelos que operam com categorias genéricas demais ignoram nuances relevantes e acabam tratando como iguais situações fundamentalmente distintas. Um sistema de triagem de risco em saúde que utiliza "idade" como fator único, sem considerar comorbidades, histórico familiar ou estilo de vida, produzirá avaliações equivocadas para grupos inteiros de pacientes. A providência é evitar o uso de bases ou critérios genéricos que desconsiderem as condições reais e específicas de cada população.

3.5. Benchmark enviesado (benchmark bias). Quando uma empresa adota um modelo de IA de terceiros e utiliza benchmarks externos para validá-lo, pode estar importando os vieses desses benchmarks sem saber. A providência é não utilizar modelos ou comparações de terceiros sem garantia

de ausência de vieses - sob pena de replicar distorções alheias como se fossem próprias.

3.6. Discriminação direcionada (objective function bias). Esta é a forma mais sutil de viés. O próprio objetivo que o modelo foi desenhado para otimizar pode gerar discriminação. Um algoritmo desenhado para maximizar a rentabilidade do produto tenderá, matematicamente, a excluir ou encarecer serviços para grupos de maior risco atuarial. Se esse grupo correlaciona com raça, gênero ou condição social, o modelo está otimizando para discriminar. A providência é não adotar ou desenvolver soluções que tenham a discriminação como resultado previsível - salvo quando a diferenciação for legítima e documentada, como em ações afirmativas.

#### 4. Os impactos concretos para o negócio

Impacto financeiro. As multas previstas no PL 2.338/23 podem alcançar R\$ 50 milhões por infração, com reincidência dobrando o valor. O EU AI Act prevê sanções de até 35 milhões de euros ou 7% do faturamento global. Mas o custo real do viés algorítmico vai além da multa administrativa: inclui recalls de produto, renegociação de contratos, perda de clientes institucionais e desvalorização em processos de M&A; nos quais a ausência de governança de IA já se tornou risco material que reduz valuation.

Impacto operacional. Um modelo enviesado identificado em produção exige retraining, revalidação e, em muitos casos, suspensão do serviço. Para empresas que dependem de IA em processos críticos - concessão de crédito, triagem de saúde, recrutamento -, isso significa parada operacional com efeitos em cascata sobre toda a cadeia de valor.

Impacto regulatório. A ANPD incluiu inteligência artificial como um dos quatro eixos prioritários de fiscalização para o biênio 2026-2027, conforme o Mapa de Temas Prioritários publicado em dezembro de 2025. O sandbox regulatório de IA da ANPD já está em operação com empresas selecionadas. Empresas que utilizam IA com dados pessoais já estão sujeitas a obrigações correntes da LGPD - em especial o art. 20, que assegura o direito de revisão de decisões automatizadas, e o art. 38, que impõe a elaboração de Relatório de Impacto à Proteção de Dados Pessoais quando o tratamento representar risco elevado.

Impacto reputacional. No contexto brasileiro, marcado pela preocupante da cultura de viralização de falhas corporativas e pela crescente atenção da mídia ao tema, o risco reputacional de um viés algorítmico descoberto publicamente é desproporcional ao custo de prevenção.

#### 5. Roteiro de adequação: O que fazer agora

Mapear todos os sistemas de IA em uso e classificá-los por risco de viés. Essa análise não pode se limitar aos modelos desenvolvidos internamente.

Modelos contratados de terceiros - inclusive os fornecidos por grandes plataformas - carregam seus próprios vieses e transferem à empresa contratante a responsabilidade por seus efeitos.

Constituir um comitê multidisciplinar de ética de IA. Com participação de jurídico, compliance, tecnologia e negócio. A decisão sobre qual tipo de equidade priorizar não pode ser delegada ao time de dados - ela é, por natureza, uma decisão de governança corporativa com implicações jurídicas.

Auditar os dados de treinamento antes de treinar. A mitigação de viés começa na curadoria dos dados, não na análise dos resultados. Identificar e corrigir distorções na base de treinamento é ordens de magnitude mais eficiente - e menos custoso - do que remediar um modelo enviesado já em produção.

Revisar contratos com fornecedores de IA. Incluir cláusulas de conformidade, transparência sobre dados de treinamento, direito a auditoria e responsabilidade expressa por viés. A ausência dessas cláusulas transfere à empresa contratante o risco in-

tegral por discriminação algorítmica produzida por ferramenta de terceiro.

Documentar as decisões de fairness. Registrar qual métrica de equidade foi adotada, por quê, e com base em que análise jurídica. Essa documentação será exigida pela regulação - tanto pelo PL 2.338/23, que prevê a Avaliação de Impacto Algorítmico para sistemas de alto risco, quanto pelo EU AI Act, que impõe obrigações análogas.

Não depender exclusivamente de diversidade no time como estratégia de mitigação. Times diversos são importantes e contribuem para a identificação de vieses que passariam despercebidos em equipes homogêneas. Mas diversidade não substitui processos estruturados de identificação e correção de vieses nos dados, nos modelos e nas funções-objetivo.

O viés algorítmico não é bug - é risco de negócio.

Maurício Tamer Sócio MTA | Doutor em Direito | Autor de + 10 livros | Advocacia consultiva e contenciosa, cursos e palestras | [email protected]



## MIGALHAS nº 6.348



Quinta-Feira, 14 de maio de 2026 - Migalhas nº 6.348.

Fechamento às 09h00.

Registro

Migalhas anuncia que, a partir de hoje, conta com mais um Apoiador:

Pellegrina& Monteiro Advogados

()

"Contra esperteza, esperteza e meia."

Monteiro Lobato

Alerta de IA no processo

O uso de inteligência artificial no Judiciário ganhou um capítulo preocupante. Juiz do TRT da 8ª região multou advogadas após identificar "prompt oculto" inserido em petição eletrônica com o objetivo de induzir ferramenta de IA a gerar resposta favorável em ação trabalhista. ()

Alerta de IA no concurso



PODVAL ADVOGADOS ASSOCIADOS PODVAL ADVOGADOS ASSOCIADOS

CNJ manteve suspenso concurso da magistratura do TJ/CE diante de dúvidas sobre os critérios de correção das provas discursivas. Entre os pontos questionados está o eventual uso de inteligência artificial

pela banca examinadora, tema que levou o Conselho a solicitar esclarecimentos formais ao Tribunal. ()

Caso Master

Após virem à tona, no fim da tarde de ontem, conversas entre Flávio Bolsonaro e Daniel Vorcaro que agitaram os bastidores de Brasília, o pai de Vorcaro foi preso nesta quinta-feira. Ele é investigado por suposta participação no grupo conhecido como "A Turma", apontado pela apuração como estrutura usada pelo dono do Banco Master para intimidar adversários. ()

Igualdade salarial

STF começou a julgar ações contra a lei 14.611/23, que prevê medidas para ampliar a igualdade salarial entre homens e mulheres. Entre os pontos discutidos está a obrigação de publicação de relatórios de transparência remuneratória por empresas com mais de 100 empregados. ()

Igualdade salarial sob crítica

A CNC sustentou que os relatórios previstos na lei 14.611/23 podem expor dados de trabalhadores e permitir identificação indireta de salários em empresas menores. ()

TSE

STF elegeu Toffoli para vaga de ministro efetivo do TSE e Dino para a suplência da Corte Eleitoral. Ao agradecer os votos recebidos, Dino brincou ter alcançado, proporcionalmente, a maior votação de sua vida. ()

E.T.

Ao comentar sua eleição para a suplência do TSE, Flávio Dino lembrou a implantação da urna eletrônica em 1996 e disse que, à época, falar da tecnologia "era quase falar de um óvni". ()



Popp Advogados Associados Popp Advogados Associados

### Aplausos

Recém-empossado presidente do TSE, ministro Nunes Marques celebrou a posse subindo ao palco ao lado de Jorge Aragão e Dudu Nobre para cantar "o show tem que continuar". ( )

### Natureza salarial

STJ reconheceu incidência de contribuição previdenciária patronal sobre o terço constitucional de férias gozadas. 1ª seção cancelou tese de repetitivo para adequar entendimento ao Tema 985 do STF. ( )

### Limites ao conflito de competência

STJ decidiu que a Justiça Federal não pode suscitar conflito de competência em ações sem interesse da União. Nesses casos, o processo deve retornar diretamente à Justiça Estadual. ( )

### Prazo de restituição

STJ fixou em dez anos o prazo para pedir devolução de valores pagos à previdência complementar com base em tutela posteriormente revogada. ( )

### Natureza da dívida

Por maioria, STJ decidiu que dívidas condominiais têm natureza extraconcursal e não se submetem à recuperação judicial. ( )

### Sigilo em debate



PODVAL ADVOGADOS ASSOCIADOS Prandini, De Luca &amp; Pimenta Advogados Associados

É válido o monitoramento ambiental de conversas entre presos e advogados em presídio federal? No STJ, relator votou pela manutenção da medida; divergência apontou violação ao sigilo profissional sem decisão judicial individualizada. ( )

### Perícia em discussão

3ª seção do STJ discute se o reconhecimento da qualificadora de rompimento de obstáculo no furto exige laudo de perito oficial. Relator admitiu outros meios de prova em situações sem necessidade de conhecimento técnico. ( )

### Reparação sob critérios

STJ analisa se a fixação de indenização mínima à vítima exige pedido expresso, indicação de valor e prova específica do dano. Relator afastou a possibilidade de fixação de ofício. ( )

### Novo Apoiador

Pellegrina& Monteiro Advogados é escritório com reconhecimento pela entrega de soluções jurídicas estratégicas, seguras e personalizadas, atuando de forma consultiva e contenciosa nas áreas de Direito do Trabalho, Civil Empresarial, Seguros, Compliance e Bancário. Com sede em SP, o escritório reúne profissionais altamente qualificados e uma ampla rede de parceiros em todo o Brasil. A banca destaca-se pela combinação entre tradição, inovação e atuação estratégica, sempre pautada pela ética e segurança jurídica. e conheça o novo Apoiador do Migalhas.

### Caso Orelha: sem agressão

MP/SC concluiu que não há provas de que adolescentes tenham agredido o cão Orelha na Praia Brava, em Florianópolis, e pediu o arquivamento do caso. ( )

### Caso Orelha: sem omissão

CNMP afastou suposta omissão do MPF e do MP/SC na condução das investigações sobre o caso Orelha. ( )



PRD Parada Advogados PRD Parada Advogados

### Barreira probatória

TST manteve revelia de empresa após preposto faltar a audiência virtual por dor lombar. ( )

### Cota ignorada

Empresa foi condenada ao pagamento de R\$ 100 mil por dano moral coletivo devido ao descumprimento da cota legal de contratação de pessoas com deficiência. ( )

## Competência trabalhista

TST decidiu que cabe à Justiça do Trabalho julgar ação sobre financiamento federal voltado ao combate do trabalho escravo contemporâneo. ()

## Apoiadores

para conhecer os festejados Apoiadores de Migalhas.

## Colunas

### CPC na prática

Ao examinar o respaldo do STJ ao uso da "teimosinha" no Sisbajud, Rogerio Mollica propõe reflexão sobre a busca por efetividade nas execuções fiscais e os limites das medidas de bloqueio online. ()



### ABC do CDC

A fixação do dano moral exige equilíbrio entre gravidade da ofensa, sofrimento da vítima e conduta do ofensor, destaca Rizzatto Nunes. ()

### Migalhas de Responsabilidade Civil

Inspirado em episódio recente, Jones Figueirêdo Alves debate até onde a liberdade de imprensa pode avançar sem atingir a dignidade humana. ()

### Direito e Sexualidade

Até onde vai o poder médico sobre identidades intersexo? Nova resolução do CFM reacende o debate e Leandro Reinaldo da Cunha traz explicações. ()

### Meio de Campo

A partir do cenário vivido pelo São Paulo Futebol Clube e seu treinador, o advogado e historiador Glauco Martins Guerra aborda o fenômeno do assédio coletivo no futebol. ()

### Migalhas Marítimas

Os impactos jurídicos e logísticos do fechamento do Estreito de Ormuz no transporte marítimo internacional são analisados por Luis Cláudio Furtado Faria, Mariana Rodrigues da Costa e Arthur Brabo Pinheiro. ()

### Migalhas de peso



Priscila Pamela Santos Advocacia Priscila Pamela Santos Advocacia

- "A solução certa precisa do tempo certo", por Fabiano Silva dos Santos (advogado e ex-presidente dos Correios). ()
- "O STF e a discriminação tributária por origem no transporte", por Alessandra Okuma e Ariane Costa Guimarães (Mattos Filho). ()
- "Penhora de faturamento na execução fiscal e o Tema 769 do STJ", por Guilherme Veiga Chaves (Gamborgi, Bruno e Camisão Associados Advocacia). ()
- "Racionalidade comunicativa na negociação: Uma ponte entre Habermas, Ury e os modelos distributivo e integrativo", por Murilo Furtado de Mendonça Junior (RMA | RONALDO MARTINS ADVOGADOS). ()
- "Sigilo fiscal e **propriedade industrial**: Inoponibilidade na identificação do infrator aduaneiro", por Leonardo Santana (DANIEL). ()
- "Treinamentos corporativos: Como evitar que o benefício se torne um problema jurídico", por Paulo Peressin e Giulia Caruso (Lefosse Advogados). ()
- "Comentários ao anteprojeto do Código de Processo do Trabalho: Das normas fundamentais do processo do trabalho (arts. 1º a 15-A)", por Fábio Luiz Pereira da Silva (Pereira Advogados). ()
- "A modernização do Código Penal e a lei 15.397/26: O enfrentamento às novas dinâmicas da criminalidade digital", por Vitor Jorge Alves Silva (Trigueiro Fontes Advogados). ()
- "O advogado como farol na fragmentação digital", por Jonas Aguilar (M2 Comunicação Jurídica). ()
- "Desmaterialização do RH e a eficácia probatória: Segurança jurídica na era digital", por Breno William de Abreu Rodrigues (Employer). ()

- "Quando os juros caem, o que muda ao seu redor?", por Paula Veit (NFA - Negrão Ferrari Advogados). ()



Queiroz Advogados Queiroz Advogados

- "Concurso público: A igualdade material do candidato PCD deve prevalecer sobre o formalismo administrativo?", por Ricardo Fernandes e Ana Paula Gouveia Leite Fernandes (Fernandes Advogados). ()

### Baú migalheiro

Há 111 anos, em 14 de maio de 1915, ocorreu em Portugal a Revolta de 14 de Maio, que derrubou o 9º governo republicano, liderado por Joaquim Pimenta de Castro. Após o levante, foi instaurada uma Junta Constitucional, que assumiu o poder provisoriamente até a formação de um novo governo. O 10º governo republicano seria chefiado interinamente por José de Castro, já que o presidente do Ministério indigitado, João Chagas, não pôde tomar posse após sofrer um atentado. O episódio reflete a instabilidade política da Primeira República Portuguesa, marcada por sucessivas crises e mudanças de governo. (Compartilhe)

### Apoiadores

para conhecer os festejados Apoiadores de Migalhas

### Sorteio

Prazo final para participar do sorteio da obra "Afinal, Monteiro Lobato era Racista?" (AGE Editora, 96p.), escrita por Marco Túlio De Rose (De Rose Advogados). A publicação revisita o pensamento de Monteiro Lobato e confronta argumentos sobre racismo, eugenia e contexto histórico no Brasil do século XX. ()

### Novidades

Hoje, às 18h, em SP, acontece o lançamento da obra "Lei Geral do Licenciamento Ambiental - Lei nº 15.190/2025, com as alterações da Lei nº 15.300/2025 - Comentários Artigo por Artigo", coordenada por Édis Milaré e Lucas Tamer Milaré (Milaré Advogados). () AASP sedia hoje, às 14h, o

lançamento do livro "Direito Internacional Privado 4.0: Desafios Jurídicos na Era do Blockchain e da Inteligência Artificial", organizado por Solano de Camargo (Lee, Brock, Camargo Advogados (LB-CA)). A obra tem coautoria de Luiz Gustavo Mide (Demarest Advogados), com artigo sobre a transformação de critérios jurídicos na era digital. () Afranio Carlos Camargo Dantzger, Diretor Jurídico do Bradesco S/A, acaba de lançar a obra "Alienação Fiduciária de Bens Imóveis - LEI 9.514/1997, com as atualizações da Lei 14.711/2023 Marco Legal das Garantias Aplicação prática e suas consequências", pela editora JusPODIVM.

### Migalhíssimas

Hoje, às 17h, a presidente nacional do IAB, Rita Cortez, receberá a "Medalha Bernadette Pedrosa", durante o Jubileu de Ouro da Academia Pernambucana de Letras Jurídicas. Amanhã, às 16h, na OAB/PE, será realizada a posse dos novos membros do Instituto. Passam a integrar os quadros da entidade: Ingrid Zanella Andrade Campos, Luciana Grassano de Gouvêa Melo, Maria Segunda Gomes de Lima e Rubens Sombra da Rocha Santos. Machado Meyer Advogados participa do "AB2L Lawtech Experience 2026", a 5ª edição do congresso internacional de inovação jurídica, que acontece até hoje no RJ. O sócio Sávio Andrade será palestrante às 14h, com o tema "A Inteligência do Jurídico: Tecnologia não transforma - decisões sim". Lívia Barboza Maia (Denis Borges Barbosa Advogados) apresenta palestra amanhã no "14º Congresso Brasileiro de Direito Comercial" sobre "Aproveitamento parasitário sem concorrência". O evento ocorre hoje e amanhã na AASP. Ana Tereza Basilio (Basilio Advogados e presidente da OAB/RJ) profere a palestra de abertura do "Treinamento Permanente em Ética Profissional" com o tema "A defesa no processo disciplinar", amanhã, às 11h, pelo canal do YouTube "Mentoria OABRJ", . Dia 8/5, Rubens Naves Santos Jr. Amorim Advogados, em parceria com a Pulso Público - Consultoria Política, promoveu o evento "Eleições 2026 no Brasil: Debates Estratégicos". () A Assembleia Legislativa da Bahia concedeu a "Medalha Dois de Julho" ao professor Roberto Rosas (Rosas Advogados).





Queiroz Cavalcanti Advocacia Queiroz Cavalcanti Advocacia

## Congresso

A programação do "8º Congresso Nacional IBRADIM 2026" já está disponível. O evento, que acontece nos dias 27 e 28/8, reunirá grandes nomes do Direito Imobiliário em Salvador, com mais de 40 painéis sobre temas atuais e tendências do setor. ( )

## Jovem advocacia

Ainda estão abertas as inscrições para o "ENJA - Encontro Nacional da Jovem Advocacia". Realizado pela OAB/SP, o evento acontece nos dias 21 e 22/5, em São Paulo. ( )

## Mentoria jurídica

OAB/RJ, em parceria com a Jusfy, promove treinamento gratuito sobre tecnologia e IA jurídica no próximo dia 20/5, das 16 às 18h, com transmissão ao vivo pelo canal da Mentoria OABRJ no YouTube. ( )

## Sertão e a lei

No dia 26/5, às 18h, o IASP promove o evento "Grande Sertão: Veredas entre a Lei e os Contratos", com participação da advogada Judith Martins-Costa. ( )

## Fomentadores

para conhecer todos os Fomentadores do Migalhas  
Mural Migalhas - Oportunidade de trabalho



Queiroz e Andrade Sociedade de Advogados Queiroz e Andrade Sociedade de Advogados

Sempre que se busca uma cidade no site Migalhas, procurando-se um correspondente jurídico, e não se encontra, o sistema nos avisa e, aí, nasce uma oportunidade. Ei-la abaixo, atualizada diariamente: é o rol de cidades nas quais há emergente necessidade de um profissional, mas não há, ainda, nenhum migalheiro cadastrado:

ES/Itarana

GO/Abadia de Goiás

PR/Itaguajé

SC/Laguna

SE/Frei Paulo

SP/Cananéia

SP/Ilha Comprida

Se você quer se candidatar para eventualmente atender quem procura, .

Migalhas Clipping

The New York Times - EUA



Queiroz e Lautenschläger Advogados Queiroz e Lautenschläger Advogados

"Trump's Clout Gives Big Win To Big Tobacco"

The Washington Post - EUA

"Senate confirms Warsh as Fed chair"

Corriere della Sera - Itália

"Meloni, sfida su tasse e salari"

Clarín - Argentina

"Se cayó la sesión para interpellar a Adorni, complicado por un nuevo testigo"

El País - Espanha

"La Armada detecta más de 600 narcolanchas en el Estrecho"

Público - Portugal

"Famílias gastam mais do dobro da média da UE com o ensino superior"



OAB/MS - Ordem dos Advogados do Brasil, Seção Mato Grosso do Sul  
OAB/MS - Ordem dos Advogados do Brasil, Seção Mato Grosso do Sul

The Guardian - Inglaterra

"Streeting on manoeuvres ready to launch leadership challenge today"

O Estado de S. Paulo - São Paulo

"Flávio cobrou de Vorcaro verba para filme; investigação cita repasse de US\$ 10 milhões"

Folha de S.Paulo - São Paulo

"Flávio pediu verba a Vorcaro para filme sobre Bolsonaro; repasse foi de R\$ 61 mi"

O Globo - Rio de Janeiro

"Flávio Bolsonaro cobrou dinheiro de Vorcaro para filme sobre o pai"

O Estado de Minas- Minas Gerais

"Governo projeta MP com subsídio para a gasolina"

Correio Braziliense - Brasília

"Flávio Bolsonaro pediu R\$ 134 milhões a Vorcaro"

Zero Hora - Porto Alegre

"Flávio Bolsonaro admite pedido de dinheiro a Vorcaro para filme"

Jornal do Commercio - Pernambuco

"Em áudio, Flávio Bolsonaro pede dinheiro a Vorcaro para filme"



# O mundo das patentes: como surgiram e como funcionam hoje os mecanismos de proteção da criatividade e da inovação

A primeira patente da história foi concedida em 1421, em Florença. Seis séculos depois, "**patente**" virou trending topic no Brasil. Só tem um problema: no meio do barulho, pouca gente consegue explicar o que de fato é uma **patente** e por que é importante que uma tecnologia nascida na universidade seja protegida antes de sair do laboratório.

Antes de mais nada, é preciso descomplicar. Quando se fala em "**patente**", normalmente se está fazendo referência à **patente** de invenção, um tipo específico de proteção inserido em um campo mais amplo: a **propriedade intelectual**. Esse conceito engloba os direitos sobre criações da mente humana, incluindo invenções, obras artísticas, marcas, **desenhos industriais** e outros ativos intangíveis.

Dentro desse universo, existem categorias distintas, cada uma com regras próprias. **Direitos autorais**, por exemplo, protegem livros, músicas e filmes. Já as **patentes** se destinam a invenções - isto é, soluções novas para problemas técnicos com aplicação industrial, que podem se materializar em produtos ou processos inéditos. Esse tipo de proteção faz parte de um subcampo chamado **propriedade industrial**. Mais de 600 anos de história

Embora pareça um tema contemporâneo, o sistema de **patentes** tem raízes históricas profundas. Há registros de mecanismos semelhantes ainda no século XV. Em 1421, o inventor italiano Filippo Brunelleschi recebeu o direito exclusivo de explorar comercialmente uma tecnologia que desenvolveu para transportar grandes blocos de mármore pelo rio Arno, em Florença. Poucas décadas depois, em 1474, a República de Veneza instituiu uma das primeiras legislações formais de **patentes**, estabelecendo proteção temporária a inventores em troca da divulgação pública de suas criações.

A lógica desse sistema permanece essencialmente a mesma até hoje: o inventor revela como sua invenção funciona e, em contrapartida, recebe o direito exclusivo de explorá-la comercialmente por um período determinado. Trata-se, portanto, de um equilíbrio entre incentivo à inovação e acesso ao

conhecimento.

No Brasil, as primeiras normas relacionadas à proteção de inventores surgiram ainda no século XIX. Atualmente, o tema é regulado pela Lei nº 9.279/1996, conhecida como Lei da **Propriedade Industrial**. Essa legislação define o que pode ou não ser patenteado, quais critérios precisam ser atendidos - como novidade, atividade inventiva e aplicação industrial - e o prazo de proteção, que pode chegar a até 20 anos a partir do depósito do pedido.

De forma direta, a **patente** é um título concedido pelo Estado que garante ao seu titular - que pode ser uma pessoa física, uma empresa ou outro tipo de organização - o direito exclusivo de explorar comercialmente a invenção.

Durante esse período, terceiros não podem produzir, vender ou importar a tecnologia sem autorização. Em contrapartida, o inventor deve descrever detalhadamente o funcionamento da invenção, contribuindo para a difusão do conhecimento técnico. Ao final do prazo, a tecnologia entra em domínio público e pode ser utilizada livremente. As legislações que regem as **patentes** no Brasil e no exterior

No Brasil, o órgão responsável por analisar e conceder **patentes** é o **Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI)**. Cada país possui sua própria legislação e sistema de concessão, embora existam acordos internacionais que facilitam a proteção em múltiplos territórios. Ainda assim, não há uma **patente** global única: a proteção é territorial e precisa ser requerida em cada país de interesse. Mesmo a proteção sendo territorial, a invenção precisa ser inédita no mundo, para cumprir o critério de "novidade".

Esse ponto confunde muito as pessoas: quando depositamos uma **patente** apenas no **INPI**, por exemplo, ela será protegida apenas no Brasil, mas a busca por documentos que sustentem sua originalidade pode ser feita em qualquer língua. Se houver qualquer material anterior publicado em qualquer lugar do mundo, que tenha revelado a invenção antes do depósito da **patente**, ela não poderá ser

concedida.

Com o avanço tecnológico e a crescente complexidade dos mercados, as patentes deixaram de ser apenas um reconhecimento formal ao inventor. Tornaram-se ferramentas estratégicas. Em setores como o farmacêutico, por exemplo, a proteção por patente é parte central do processo de inovação. Medicamentos frequentemente são protegidos por múltiplas patentes, que abrangem desde o princípio ativo até processos de fabricação e formulações específicas.

Patente da semaglutida cai no Brasil e em vários países. O que muda para o mercado e para os consumidores? O papel das universidades

Remédios como os da família dos monoclonais terapêuticos, por exemplo, acumulam centenas de pedidos pelo mundo, cobrindo a molécula, mas também novas formulações, métodos de fabricação e diversas indicações terapêuticas. Isso evidencia que a patente não é o ponto final da inovação, mas um instrumento dentro de um processo mais amplo de desenvolvimento tecnológico.

É nesse contexto que se insere o papel das universidades. Ainda há quem enxergue essas instituições apenas como espaços de ensino e pesquisa básica. No entanto, elas também são protagonistas na geração de novas tecnologias. Anos de investigação científica podem resultar não apenas em novos conhecimentos, mas também invenções com potencial de aplicação prática, que podem se consolidar em produtos e soluções para a sociedade.

Quando um pesquisador desenvolve uma invenção com aplicação industrial - como no caso da polilaminina - a universidade tem a responsabilidade de avaliar, proteger e buscar caminhos para que essa tecnologia chegue à sociedade. Isso inclui o depósito de pedidos de **patente** e, posteriormente, a **transferência de tecnologia** para empresas, por meio de

contratos que autorizam a exploração comercial da invenção.

Esse processo é fundamental para que a inovação ultrapasse os limites do laboratório. Desenvolver um produto, especialmente nas áreas fortemente reguladas, como a saúde, alimentos e agro, exige investimentos elevados, infraestrutura complexa e etapas rigorosas de testes e regulamentação. Sem a segurança jurídica proporcionada pela **patente**, é menos provável de empresas assumirem os riscos necessários para transformar uma descoberta científica em um produto disponível à população. Ao mesmo tempo, ao assegurar a autoria da invenção, ter a **patente** significa poder transferir o direito de exploração para um ente capaz de produzi-la, seja ele privado, público ou do terceiro setor.

Assim, proteger uma tecnologia por meio de **patente** não significa "privatizar" a ciência, mas viabilizar sua aplicação prática. Trata-se de criar um ambiente em que o conhecimento gerado com apoio público possa ser convertido em benefícios concretos, mantendo um equilíbrio entre interesse público e incentivo ao investimento privado, em condições claramente estabelecidas.

Diante disso, talvez seja mais produtivo repensar a forma como o termo "patente" é utilizado no debate público. Em vez de tratá-lo como um elemento de disputa ou suspeita, é possível compreendê-lo como um instrumento. Um mecanismo que, quando bem aplicado, protege o inventor (e a instituição a qual ele pertence), estimula o desenvolvimento tecnológico e contribui, ao final, para o avanço da sociedade como um todo.

Os autores não prestam consultoria, trabalham, possuem ações ou recebem financiamento de qualquer empresa ou organização que se beneficiaria deste artigo e não revelaram qualquer vínculo relevante além de seus cargos acadêmicos.

## Como a indústria brasileira prepara novo salto para acelerar corrida por inovação no mercado global



Para falar de inovação nos tempos atuais, o palco do SPIW recebeu o maestro João Carlos Martins ao lado de um robô para guiar os músicos. A cena se desenrolava enquanto a Orquestra Bachiana executava Mozart diante do público. Aos 86 anos, o pianista conduziu a abertura do painel sobre como a indústria brasileira está redefinindo seus limites com a inovação. Para executivos de diferentes setores da indústria, a música é uma linguagem universal, assim como a digitalização em uma empresa torna-se universal na companhia. Juntos, os painelistas Ricardo Pellegrini, VP do conselho de inovação e competitividade da Fiesp, Cleiton Silva, diretor de engenharia da Embraer, Bernardo Gradin, presidente da GranBio, e Luiz Gustavo Kass Mwosa, presidente do Grupo Paranoá, apontaram os caminhos para o Brasil competir em um cenário global. Durante a discussão Fronteiras da Inovação: Como a Indústria Brasileira Está Redefinindo Seus Limites, no São Paulo Innovation Week, afirmaram que o avanço depende de como as empresas vão utilizar a inteligência artificial para aumentar eficiência e produtividade.

O pano de fundo é um País que corre a passos largos para subir de posição nos rankings globais de inovação. O Brasil ocupa a 52ª posição no Índice Global de Inovação (GII) da **Organização Mundial da Propriedade Intelectual** (OMPI). O melhor festival global de tecnologia e inovação aterrissa em uma das cidades mais potentes do mundo. Garanta já o seu ingresso O São Paulo Innovation Week, maior festival global de tecnologia e inovação, é realizado pelo Estadão em parceria

com a Base Eventos, no Pacaembu e na Faap, até sexta-feira, 15. Entre os mais de 2 mil palestrantes convidados para os três dias do evento estão especialistas brasileiros e estrangeiros em áreas como ciência, saúde, educação, agronegócio, finanças, mobilidade, geopolítica, esportes, sustentabilidade, arte, música e filosofia, entre muitas outras. Entre os líderes latino-americanos ainda passa na frente em produção científica e mercado consumidor, no entanto, enfrenta dificuldades em competitividade, escala e transformação tecnológica.

Segundo o Índice Global de Inovação de 2025, o País segue atrás de potências como Estados Unidos e China em capacidade de transformar pesquisa em negócios de alto impacto. Para Bernardo Gradin, da GranBio, o Brasil reúne vantagens naturais difíceis de replicar, principalmente em energia renovável. "Já existia um cenário propício que tornasse isso viável. O Brasil é um dos melhores lugares do mundo para biomassa", afirma. A proposta da GranBio, por exemplo, sempre foi usar biomassa para desenvolver tecnologias capazes de substituir derivados do petróleo. Apesar disso, reconhece os gargalos. "Nós somos muito bons no Brasil, mas ainda temos deficiência em tecnologia e escala. Os EUA ainda estão na nossa frente." Uma das frentes que mantém a competitividade brasileira é a atuação de instituições de fomento, afirma Gradin. "A **Finep** (Financiadora de Estudos e Projetos) passou a ter um modelo de contratação e oferta eficiente.

Hoje existe um ambiente muito otimista", diz. Porém, para alcançar a fase mais próspera, o executivo afirma que a empresa passou pelo "vale da morte". Ele cita o desafio enfrentado por empresas inovadoras para transformar pesquisa em negócio sustentável, apesar das mais de 400 patentes desenvolvidas pela companhia nas áreas de bioquímica e biocombustíveis. Como gerar valor com a inovação? Algo parecido aconteceu com Luiz Gustavo Kass, presidente do Grupo Paranoá, que por pouco decretou falência da empresa. Mas conseguiu evitar a "morte" da organização e pinotar o negócio. Para Kass, a transformação industrial passa pela digitali-

zação. "Hoje estamos conversando com as máquinas", afirma. "A pergunta é: o que temos que fazer para aumentar o lucro?"PublicidadeEle defende que o Brasil vive um momento estratégico na corrida tecnológica global e destacou que o País tem condições para avançar em IA e automação industrial.

Ao mesmo tempo, alerta que nenhuma transformação funciona sem investimento humano. Mas o quadro de funcionários na companhia na área de dados passar um desafio. O empresário diz enfrentar dificuldades para competir por profissionais de dados com o mercado financeiro da Faria Lima, por exemplo. Atualmente, a empresa criou uma área educacional. "Criamos uma escola para 60 filhos dos funcionários", conta. Além da formação técnica, a empresa também oferece atividades como treinamento de karatê. "Nosso dia a dia é controle do caos", afirma. "Damos carinho para ter mais advogados no chão de fábrica."Cleiton Silva, diretor de engenharia da Embraer, concorda que a inovação começa na formação de pessoas. "Antes de ter empresa que projeta avião, temos instituto que forma engenheiros."PublicidadePUBLICIDADE Há alguns décadas, a Embraer aposta em programas complementares de formação e em iniciativas de incentivo à criatividade.

"Grandes inovações acontecem na simplicidade", afirma. Para acelerar iniciativas mais disruptivas fora do negócio principal, a Embraer criou unidades

específicas voltadas à inovação. "As empresas compartilham o mesmo DNA de inovação", diz, citando áreas que vão além da aviação comercial, como sistemas de defesa, monitoramento de fronteiras, satélites e controle de tráfego aéreo. Pressão internacional O gargalo de inovação no Brasil ainda enfrenta as pressões internacionais ligadas à sustentabilidade. Gradin, presidente da Granbio, disse que o desafio é tornar o combustível sustentável de aviação competitivo em relação ao petróleo. "O desafio é como fazer esse SAF concorrer para não ficar distante em preço do petróleo", explicou. Na visão do executivo, o País precisa transformar inovação em política de Estado. "Essa mentalidade precisa existir aqui no Brasil."Para manter os caixas azuis e conseguir escalar, os painelistas criticaram os juros elevados e a baixa escala de produção como obstáculo para automação.Publicidade"Com Selic alta, não dá para comprar máquina", resumiu Kass ao comparar o nível de competitividade com países como a China.

No entanto, há espaço para se tornar nº1 em inovação. "Temos a alquimia perfeita para nos tornar um dos maiores centros de inovação do mundo pela dor", afirmou. "No século 18, quem não mecanizou morreu. No 19, quem não eletrificou morreu. Agora, a fábrica que não tiver estratégia de dados para IA morreu", disse Kass. "Tem que ter mais medo de ficar parado do que de avançar."



# Governo Lula avalia ampliar decreto sobre big techs e empoderar agência



**Texto em debate prevê atribuir a supervisão à ANPD, que hoje é responsável por ECA Digital; plano é atualizar balizas do Marco Civil da Internet a partir da decisão do STF**

Renata Galf

São Paulo - O governo Lula (PT) avalia avançar na regulação de big techs e atualizar o decreto que baliza o Marco Civil da Internet, de 2016, considerando as novas determinações relacionadas à responsabilidade das redes sociais estabelecidas pelo STF (Supremo Tribunal Federal) em julgamento finalizado no ano passado.

Diferentemente de projetos de lei, decretos não precisam passar pela aprovação do Legislativo.

Entre as medidas estudadas, segundo integrantes do governo ouvidos pela Folha, está a de atribuir à ANPD (Agência Nacional de Proteção de Dados), vinculada ao Ministério da Justiça, a responsabilidade por fiscalizar se as plataformas estão cumprindo as regras impostas pela corte.

Estão à frente do texto a Secom (Secretaria de Comunicação Social da Presidência) e o Ministério da Justiça, que têm estruturas dedicadas às temáticas de direito e políticas digitais.

Órgão inicialmente responsável por supervisionar a legislação sobre dados pessoais, a ANPD passou a acumular a atribuição de monitorar o ECA Digital,

lei que entrou em vigor em março deste ano e definiu obrigações relacionadas a crianças e adolescentes para as plataformas.

Nesse contexto, o órgão passou a ter nova estrutura, com mais servidores, e foi transformada em agência reguladora, com previsão legal de autonomia decisória e financeira. Os diretores do órgão são nomeados pela Presidência para mandatos fixos e passam por sabatina no Senado.

"Nossa leitura é que a tese do Supremo trouxe uma série de obrigações de perfil aditivo à lei e isso, portanto, enseja vári

## Entenda decisão do STF sobre Marco Civil

No ano passado, o STF julgou a constitucionalidade de parte do Marco Civil da Internet, lei aprovada em 2014 segundo a qual as redes sociais só estavam sujeitas a pagar indenização por um conteúdo postado por terceiro se, após decisão judicial ordenando a retirada, mantivessem o conteúdo no ar.

Na tese aprovada, a corte ampliou as hipóteses de exceção a essa regra - que até então incluíam apenas nudez não consentida e violação de direitos autorais. Também criou a obrigação de moderação pró-ativa pelas redes para um rol de temas - como crimes antidemocráticos, terrorismo, incitação a racismo e induzimento a suicídio -, prevendo punição em caso de falha sistêmica. Em outros casos, o STF entendeu que as redes só podem ser punidas se não removerem após notificação. Já para os crimes contra a honra, a regra não mudou.

Há ainda recursos pendentes de análise pela corte. Na ocasião, o STF também fez um apelo para que o Congresso legislasse sobre o assunto.

as obrigações administrativas e [também] um novo regulamento para o Marco Civil", afirmou João Brant, secretário de Políticas Digitais da Secom. "Os decretos em estudo preveem a ANPD fiscalizando as obrigações administrativas previstas pelo STE"

Caso esse cenário se concretize, a agência passaria a ser um órgão regulador de redes digitais de modo

mais amplo.

Paralelamente, o governo estuda publicar um segundo decreto, também inspirado pela decisão do STE, mas que trataria apenas do que é descrito como combate à misoginia e violência contra a mulher no ambiente digital.

O argumento usado por membros do governo para defender a edição de um decreto é o de que a decisão do Supremo, apesar de já valer, estaria sem efetividade e operacionalização, tanto por uma falta de detalhamento de pontos que estariam amplos ou genéricos, quanto por não haver um ente específico responsável por fiscalizar os novos deveres.

Tal debate interno existia desde o ano passado, mas estaria mais amadurecido agora. Na última semana, houve uma reunião ministerial sobre o assunto e a expectativa é que haja evolução a respeito na próxima semana. Ainda não há definição, porém, se um decreto será publicado, dado que o tema ainda não teria passado por decisão do presidente.

Estariam sendo ouvidos pelo Palácio do Planalto representantes de empresas de redes sociais, de plataformas de compras online (marketplaces), da sociedade civil e do Comitê Gestor da [Internet](#) no Brasil (CGI.br).

Segundo diferentes interlocutores a par das discussões, entrariam nas atribuições da ANPD a fiscalização tanto de aspectos mais estruturantes, como avaliar se os canais de denúncia das plataformas são adequados, como quanto a se as empresas apresentam "falhas sistêmicas" na remoção de conteúdos que, segundo o STF, elas teriam obrigação de remover de modo proativo.

Um aspecto em aberto seria o papel da ANPD para aplicar punições nessa seara. Independente do desenho, porém, o entendimento é o de que a fiscalização da agência poderia embasar ações judiciais sobre esses temas.

Do ponto de vista individual, um usuário que se sentisse lesado por um post ou pela atuação de alguma big tech seguiria precisando apresentar uma ação no Judiciário sobre o caso específico, por exemplo.

Entre os pontos ainda em discussão dentro do governo, estão os prazos a serem estabelecidos para as plataformas removerem conteúdos, conforme as diferentes categorias estabelecidas pelo STF. Outro ponto não definido seria o período para que as regras do decreto entrassem em vigor.

Outra possibilidade é a de que a própria ANPD venha a editar regulamentos mais detalhados sobre como se daria sua fiscalização, a exemplo do que vem ocorrendo no âmbito do ECA Digital.

Segundo uma das pessoas ouvidas pela Folha, pesam, como pontos mais desafiadores na decisão sobre o tema, a relação do governo com as plataformas, assim como com os Estados Unidos.

Além disso, a medida deve sofrer fortes críticas da oposição, caso colocada em prática. Com exceção do ECA Digital, as iniciativas de aprovar regulação de redes no Congresso não avançaram nos últimos anos. O PL das Fake News, por exemplo, chegou a ser apelidado como "PL da censura".



# Índice remissivo de assuntos

ABPI .....	5
Desenho Industrial .....	25,26
Direitos Autorais .....	25,26
Entidades .....	1,2,3,27,28
Inovação .....	25,26
Marco Civil .....	29,30
Marco regulatório   INPI .....	6,7,25,26
Patentes .....	4,25,26,27,28
Propriedade Industrial .....	4,6,7,19,20,21,22,23,24,25,26
Propriedade Intelectual .....	1,2,3,4,5,8,9,10,11,12,13,14,15,16,17,18,25,26,27,28